

## Cidadania como meta educacional

A estruturação de um modelo de ensino orientado a metas

---

### Introdução

*Cidadão* "(...) é a condição da pessoa natural que, como membro de um Estado, encontra-se no gozo dos direitos que lhe permitem participar da vida política".<sup>1</sup> Indo para minhas aulas semanais de inglês, deparei-me duas vezes com a seguinte situação: um *cidadão* jogando lixo na rua, com uma lixeira bem ao lado. Dado que mesmo não havendo lixeira é errado jogar lixo nas ruas de nossas cidades, o que leva uma pessoa a cometer tal ato? Já perguntei algumas vezes. A resposta, invariavelmente, tem a ver com o seguinte: "se eu não jogar lixo, o gari perde o emprego". Uma resposta idiota para uma questão séria.

*Democracia* é "um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos".<sup>1</sup> Se os cidadãos constituem-se em ponto principal desse sistema de governo, como podemos aceitar a situação descrita acima? Isto porque, ao jogar algo no chão de nossas cidades estamos **decidindo** que ela será suja. É uma decisão coletiva, resultado de um hábito cultural de se jogar papel no chão. Todos os dias as pessoas tomam decisões como esta, que afetam diretamente os rumos de nossa sociedade. Isto é democracia.

O ponto chave dessa discussão é o fato de as pessoas não saberem viver em um sistema democrático. O senso comum define democracia como votar de dois em dois anos. Feito isto, o cidadão está quite com o seu país. Desse dissenso surge a incapacidade brasileira de avançar rumo ao desenvolvimento. Pois este não é apenas um fator econômico e (muito mais) um fator social.

Não se muda uma situação delicada e culturalmente enraizada nas pessoas do dia para a noite. É preciso um processo linear e articulado que seja executado anos a fio, talvez até décadas. O nome desse processo se chama **educação**. Um falecido amigo dizia que a educação é a melhor forma de moldar as pessoas. E a idéia é exatamente esta. Se nascemos com o pecado original da ignorância, por que não desfazê-lo com a educação? Mas não toda educação. O sistema de educação atualmente em vigor é a total antítese de um processo de mudança.

As correntes pedagógicas atualmente executadas pela maioria das escolas brasileiras filosofam demais, obtendo resultados pouco práticos. É Piaget para cá, neocognitivismo para lá e a formação básica vai de mal a pior. Formam alunos que não sabem calcular, não sabem ler e não respeitam regras básicas de convívio em sociedade. Ou seja, caem todos no descrédito. É necessário e urgente reorientar o modelo educacional brasileiro. Além de torná-lo prioritário e acessível a todos é indispensável que sejam criadas **metas** educacionais para todo o sistema.

A centralização das atividades de definição, aferição e intervenção em uma instituição, que pode ser o atual ministério da educação ou um conselho mais amplo responsável pela educação é uma premissa para o sistema de metas. Após isso, dadas as metas educacionais de cada nível de

ensino as diferentes instituições seriam adaptadas ao novo modelo em vigor. Desde os salários dos professores até a merenda escolar seriam definidos centralmente. A administração final caberia ou a iniciativa privada, ou aos municípios, no caso das escolas básicas. As escolas médias seriam repassadas ao governo federal (aproveitaria se o *know how* de instituições federais, como os CEFETs para criar o modelo de educação integral), visando um alinhamento maior. Segue nas próximas páginas um esboço do processo de mudança pretendido.

### **Metas no ensino fundamental**

Na primeira metade do ensino fundamental devem ser exigidas três coisas ao corpo discente ao final da última série (a quarta série): saber ler e escrever (a língua pátria e uma língua estrangeira), saber realizar cálculos básicos e **saber comportar-se em uma sociedade**. Sim, este último deve ser acrescentado como matéria e estendido a todos os alunos. Deve existir um **primeiro exame geral** que avalie esses três itens. E esse é o momento de identificar deficiências, visando superá-las já na próxima etapa de ensino. Isto porque, mesmo com **escola integral**, foco nos itens listados e cobrança por eficiência existirá um percentual de alunos e de escolas que obterá resultados insatisfatórios.

A partir de um primeiro exame, de caráter transparente, é possível diagnosticar e superar falhas. Imagine que um aluno não foi bem em português, seu rendimento na prova de interpretação de textos ficou abaixo do corte médio. O resultado desse aluno seria colocado em seu **boletim individual**. Qualquer escola do país que lhe receber na quinta série estaria ciente de que aquele aluno possui aquela deficiência. Ele assistiria a grade de aulas normal de sua série e seria lhe dada a chance de superar as suas dificuldades em um período após as aulas, junto com alunos que possuem a mesma dificuldade, guiados por um professor especializado nesse tipo de aluno.

Ao final da quinta série aquele aluno seria submetido a um **exame específico** de português. Se o mesmo alcançou um corte médio que lhe torne apto na matéria ele passa a sexta série seguindo normalmente as aulas com os demais alunos. Caso volte a apresentar o mesmo fraco desempenho, ele continua tendo aulas de reforço. E assim vai até a oitava série. Teríamos quatro chances de tornar esse aluno apto, ou seja, na pior das hipóteses o aluno irá entender português de tanto estudá-lo.

Somente na segunda metade do ensino fundamental o aluno deve ser apresentado às demais matérias (ciências, geografia, história, et cetera). *O objetivo final do ensino fundamental deve ser o completo entendimento de línguas (a pátria e uma estrangeira), matemática elementar, **convívio em sociedade**, ciência elementar (física, química e biologia), história e geografia.* Um rigoroso **segundo exame geral** avaliaria se esse objetivo foi alcançado ao final da oitava série.

A soma dos dois exames gerais tornaria o aluno e a escola aptos. Seria estabelecido um corte médio para ambos. O resultado do aluno seria fixado em seu diploma do ensino fundamental, assim como o resultado da escola seria divulgado extensivamente. Novamente é preciso verificar o percentual de alunos e de escolas que não obtiveram um bom desempenho. Do lado do aluno seguiria o processo de reforço descrito no ensino médio, já do lado das escolas o processo abrange uma intervenção.

Imagine que uma escola básica não tenha conseguido tornar apta a quantidade de alunos designada no corte médio previamente estabelecido. Uma junta de interventores do ministério da educação analisaria essa escola. Professores e diretores seriam submetidos a avaliações específicas. Um novo plano de ação seria posto em funcionamento para o próximo ano letivo. Caso a escola volte a apresentar o fraco desempenho no ano subsequente, seria necessária a aplicação de punições duras, como a demissão do corpo docente (parcial ou integralmente), assim como de seus diretores.

Observe que seria necessário centralizar as ações de avaliação, financiamento e intervenção. Isso é necessário para que haja padrões razoáveis de metodologia e uniformidade na aplicação dos respectivos processos. Conceitos como escola integral, exames gerais e específicos, financiamento e transparência devem ser administrados centralmente. Todas essas informações devem ser coletadas pelo órgão competente (o próprio ministério da educação ou um conselho de educação) e divulgado exaustivamente a toda a sociedade. Esta última é o fiel da balança, responsável pela cobrança final aos responsáveis.

Tudo deve ser levado a conhecimento da sociedade: orçamento de cada escola, aplicação desse orçamento, financiamento liberado pelos governos, avaliação das escolas *et cetera*. A transparência de informações é um pré-requisito para que o sistema funcione. O maior exemplo disso é o atual estado de coisas. Existem avaliações, mas não existe cobrança. O *Prova Brasil* é um bom exemplo de "exame geral", mas nada é feito com ele. Fica valendo tão somente como uma avaliação estatística do péssimo sistema educacional que temos, ou seja, prova nossas deficiências e nada faz a respeito.

## **O ensino médio**

Para que uma pessoa conquiste a cidadania plena, supondo que o sistema de governo seja uma democracia e o modo de produção seja o capitalismo, é necessário que ela aufera emprego e renda. Filosofia à parte, o pragmatismo do mundo globalizado impõe a necessidade de que as pessoas estejam qualificadas não tão somente a conseguir empregos (o que é de fato importante) mas também a criar soluções de sustento.

Esse é um dos papéis a que o ensino médio esta destinado a cumprir: orientar jovens para seu futuro profissional, não abdicando da noção cidadã e intelectual. Um bom ensino médio deve ter duração de quatro anos, horário integral como o ensino fundamental, regime profissionalizante em um dos períodos e regime de formação geral no outro período. A carga de estudo é evidentemente muito maior. Isto porque, o aluno médio terá duas responsabilidades: preparar-se intelectualmente para futuros avanços acadêmicos e preparar-se profissionalmente.

Todavia, um indivíduo de 14 ou 15 anos, com o ensino fundamental forte que se redigiu até aqui, possuirá razoável segurança na escolha de seus interesses futuros. A idéia do ensino médio é justamente a de lhe ajudar a se aperfeiçoar nesses interesses. Por exemplo, um aluno que tenha o objetivo de se tornar engenheiro, mas não tem muito gosto por biologia, história ou geografia. Esse aluno teria uma carga normal de estudos nas matérias que não lhe interessam, durante o período da manhã por exemplo e à tarde lhe seria ofertada matérias técnicas na área de engenharia, mais algum aprofundamento em matemática (cálculo, por exemplo). O sistema vigente seria o de créditos.

No primeiro ano o aluno deve selecionar o seu campo de atuação. Escolher matérias que são de seu interesse e um campo para aprofundamento. As escolas devem estar preparadas para orientar seus alunos nessas escolhas. As escolhas devem ser gerais, ou seja, ele deve escolher entre grupos de conhecimento (línguas, ciências sociais, ciências exatas, ciências médicas *et cetera*), assim a possibilidade de mudança no futuro é amortecida. O aluno se sentirá mais confortável em mudar de engenharia para matemática, por exemplo, pois o seu aperfeiçoamento se deu em cima de ciências exatas e não de um campo muito específico. As mudanças entre grupos, por exemplo de línguas para ciências exatas (ou vice versa) são viabilizadas pela grade de estudos essencial. No futuro, caso o aluno queira trocar a medicina pela antropologia, por exemplo, terá a bagagem do curso normal que recebeu.

Caso o aluno se sinta plenamente seguro de seu campo de atuação poderá, do segundo ao quarto ano, aprofundar-se a ponto de tirar o grau de técnico em determinada área. Sempre dentro de um grupo geral de conhecimento. A idéia é formar um aluno, ao final do ensino médio, com conhecimentos aprofundados em uma área, preparando-o de forma adequada para enfrentar o ensino superior. Além disso, o mesmo já estaria igualmente preparado para o mercado de trabalho, se assim decidisse.

Na hipótese de ainda não estar completamente decidido sobre suas aspirações o aluno segue o segundo e o terceiro ano fazendo cursos em áreas diferentes. Não há problema nisso. O máximo que poderá acontecer é que o aluno irá adquirir um conhecimento aprofundado em áreas diferentes. Para esse grupo de alunos o quarto ano é o momento de decidir sobre o grupo de conhecimento que mais se identificou. O aluno concentraria seus estudos nas matérias que mais se identificou. Esse é um aperfeiçoamento da nossa atual "formação geral", o ensino médio que não

forma pessoal técnico, apenas generaliza o conhecimento. A diferença fundamental entre os dois é o incremento de conhecimento. O aluno passará a se aprofundar em várias áreas, tendo a chance de descobrir qual área lhe interessa mais.

Ao final dos quatro anos seria aplicado o **terceiro exame geral**. Esse, diferentemente dos demais, daria ao aluno uma opção de grupo de conhecimento a ser avaliado. O aluno escolheria o seu grupo e seria avaliado somente nas matérias associadas a sua escolha. Esse exame geraria um boletim individual, que seria usado pelas instituições de ensino superior em seus processos seletivos. Caso o aluno não consiga alcançar o corte médio definido para o seu grupo de conhecimento o mesmo faria um quinto ano, nos moldes da idéia de reforço, visando compensar esse fraco desempenho. No próximo ano o aluno teria a oportunidade de realizar novamente o exame.

O objetivo intrínseco do terceiro exame é avaliar se o aluno conseguiu aprofundar-se em uma determinada área de ensino, a ponto de seguir um curso superior. Para que esse objetivo seja cumprido é preciso que a avaliação seja rígida, assim como o ensino. Valem por suposto todas as idéias de intervenção citadas para o ensino fundamental. As escolas devem ter metas de tornar aptas quantidades médias de alunos. Assim, todos são avaliados e só prosseguem avançando se corrigirem seus erros.

Observe que em nenhum momento foi citada que a administração final das escolas, sejam fundamentais ou médias, devem ser de responsabilidade da União. A superestrutura deve sim ser centralizada ou no governo federal ou em um conselho de educação. Já a infra-estrutura deve ser feita ou pelos municípios, ou pela iniciativa privada – e nesse grupo se encaixa as escolas administradas por pais. O fato é que é necessário ter metas, condições para cumprir essas metas e avaliações constantes, com um arcabouço de punições às ineficiências. Só assim nossas escolas básicas serão melhoradas.

## **O ensino superior**

Imagine um aluno que passou por três rígidos exames em sua vida acadêmica. O primeiro avaliou se ele sabia ler e escrever duas línguas, se sabia fazer cálculos básicos e se sabia viver em sociedade. O segundo avaliou tudo isso e mais conhecimentos em outras áreas, tais como geografia, história *et cetera*. O terceiro exame avaliou se ele detinha conhecimentos aprofundados sobre determinado grupo de conhecimento que ele escolhera. Além disso, se em um desses exames o aluno apresentou desempenho considerado abaixo do corte médio, ele foi submetido a aulas de reforço, sendo avaliado com mesmo rigor posteriormente. Caso tenha obtido bom desempenho nesses três exames ele estará completamente apto a ingressar em uma faculdade, adquirindo amplos conhecimentos, obtendo o terceiro grau.

O grande causador da deficiência de nossas instituições privadas de ensino reside na qualidade de seus alunos. São os piores de um mau sistema educacional. Dado isto, melhorar o conjunto de nosso sistema superior de ensino passa, inicialmente, pela melhora de seu corpo discente. Não é possível inverter a ordem dos fatores, tentando reformas na educação superior ou jogando (literalmente) alunos de escolas públicas nesse mesmo sistema. O que é necessário é qualificar o aluno, tornando-o apto a seguir seus estudos em uma universidade e não o inverso.

Além dessa mudança no perfil da demanda é preciso considerar certas modificações pontuais no sistema de ensino superior. Primeiro de tudo, é preciso modificar a maneira de ingresso nas universidades. O aluno deve optar entre um grupo de conhecimento, como foi focado na estruturação do ensino médio, e não por uma carreira específica. Isso lhe dá maior condições de barganha lá na frente, quando decidir não mais cursar a carreira pretendida inicialmente, reduz o custo econômico e social da evasão, além de ampliar o campo de visão dos universitários.

Dado isto, o aluno faria um curso superior aprofundado na sua área de conhecimento. Pegue o exemplo de um aluno que deseja tornar-se advogado. No terceiro exame geral ele deve optar por ciências humanas. Caso seja aprovado, faria o respectivo curso tendo o título de bacharel em ciências humanas. Para ter o grau de advogado ele deve frequentar uma Escola de Direito, ou seja, as atuais escolas de pós-graduação. Somente nesse segmento de ensino o aluno tem a plena e irrefutável convicção do que quer se tornar profissionalmente. Ademais, estará sendo formado um advogado que passou, no mínimo, por um processo de aprofundamento em sua área de conhecimento – supondo a hipótese de que ele não se dedicou integralmente a essa opção no ensino médio, optando pela área tecnológica, por exemplo.

Em segundo lugar, é preciso institucionalizar critérios de avaliação. Um indivíduo que queira obter uma titulação profissional terá de provar a sociedade plena capacidade para exercer aquela profissão. O exame nacional de cursos, instituído pelo ex-ministro Paulo Renato, foi um bom exemplo de avaliação. Para todos os formandos deve ser instituído um **exame profissional**. Caso o mesmo seja reprovado nesse exame, não poderá tirar o diploma. Esse é o detalhe que faltou a idéia do ex-ministro. Ora, se o aluno foi avaliado com mau desempenho, como poderei chamá-lo de advogado, economista ou engenheiro? É uma contradição, mesmo que o foco fosse na avaliação das instituições de ensino superior. Deve existir um exame profissional que exponha tanto o aluno quanto a escola superior. Seguindo os mesmos critérios de transparência e aplicabilidade definidos nos exames anteriores.

Um terceiro ponto é a qualificação do aluno para a pesquisa. Com um processo de aprofundamento desde o ensino médio o sistema educacional estaria, definitivamente, cumprindo seu papel para o desenvolvimento científico do país. Isto porque, um aluno que recebeu uma carga de estudos maiores no ensino médio terá melhor desempenho durante seus estudos universitários, além de chegar aos níveis atuais de pós-graduação com total discernimento científico.

Feito isto, a mudança no sistema educacional estaria completa. Todos os níveis (fundamental, médio e superior) estariam cumprindo seus objetivos. As instituições centrais cuidariam para que todas as metas definidas fossem alcançadas. A divulgação extensiva das informações apuradas criaria a desejada transparência, envolvendo toda a sociedade no processo de mudança. Por fim, esta última seria a responsável por todo o sistema, cobrando de seus responsáveis resultados eficazes e condizentes.

O cerne do sistema muda com a criação de metas e sua posterior avaliação. Não é tão somente o ato isolado de estipular corte médio, mas a avaliação e a elaboração de critérios de punição são a mudança chave pretendida. Tudo passa a girar em torno de resultados, passíveis de análise posterior. O sistema educacional passa a ser um conjunto articulado de instituições, amarradas por um padrão central de qualificação, seja dos recursos humanos (professores), seja dos recursos materiais.

A maioria dos pedagogos que conheço acha que isso é coisa de economista. E param por aí, afinal estudaram pedagogia. Qualquer gestor de bom senso sabe que se não for dado o estímulo necessário, um indivíduo jamais fará coisa alguma. Se você não estipula metas, esta deixando as coisas fluírem a seu *bel-prazer*. Não é, portanto, a melhor forma de se construir um sistema educacional eficiente e a conseqüente formação de cidadãos plenos.

Vítor Wilher